

APRESENTAÇÃO

As transformações que vêm ocorrendo desde o final do Século XX nas relações internacionais têm possibilitado que novas forças com capacidade de influenciar a política, a economia, a cultura, o meio ambiente, a ciência, a tecnologia etc. ascendam na cena política mundial. Assim, as transformações em curso da ordem contemporânea possibilitaram a ascensão de novos polos de poder regionais que vêm alterando significativamente os processos políticos globais.

Nesse contexto, constata-se a emergência de potências regionais que surgem na cena internacional como atores relevantes e que se fortalecem através do perfilamento de interesses. No caso dos países em desenvolvimento, o processo de articulação, em geral, ocorreu em torno de negociações coletivas multilaterais, de intercâmbios que favorecessem o fluxo de comércio, o investimento externo direto, o intercâmbio político, financeiro etc.

Esses países agem com o propósito de suscitar mudanças sistêmicas que possam alterar as correlações de forças no interior do sistema internacional, revertendo as regras do jogo, que atualmente favorecem as potências hegemônicas, seja por meio de organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Mundial do Comércio (OMC), através o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) etc.

Países como Brasil, Índia, China, Rússia, África do Sul, por exemplo, são importantes atores com potencial para influírem na correlação de força internacional, principalmente quando atuam conjuntamente. O protagonismo desses países, seja através dos BRICS – Bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa)¹ ou de outros instrumentos coletivos de ação integrada, tem vigor para alterar resultados nas relações internacionais. É isso que a coalização Sul-Sul vem buscando no dia a dia, com ações imbuídas de conteúdo pragmático, e objetivam a inserção desses países na economia e na política global.

Como polos regionais que são, os países do Sul entendem que devem ter papel relevante na distribuição dos recursos de poder, que as potências harmônicas são atores cruciais, mas não estão sozinhas na nova ordem mundial. Partem, pois, da perspectiva de que, no atual cenário, a interdependência entre os Estados tem aumentado em decorrência da maior diversificação dos atores e dos interesses e da capacidade de inserção global desses atores. Isso significa que todos os países, mesmo as grades potências, estão cada vez mais vulneráveis às forças externas.

¹ Esse bloco tem atribuições econômicas, mas não forma uma união aduaneira. Esse instituto não é ainda um bloco econômico ou uma associação econômica formal como o MERCOSUL ou a União Europeia, é um Clube de países que tem interesses convergentes, embora com fortes assimetrias na sua capacidade econômica, política, militar etc., que formaram uma aliança para influenciar a geopolítica mundial.

Os países em desenvolvimento, a partir de ações multilaterais, reconhecem as suas assimetrias, mas também os interesses que os unem, na tentativa de transformar fragilidade e vulnerabilidade em eficácia e influência. Isso é possível através de recurso de coalizão que os unem em aliança ou consórcio. Assim, agindo estrategicamente, as potências regionais perceberam que seus interesses políticos, econômicos etc. estão diretamente correlacionados com a capacidade e disposição que os mesmos têm para a cooperação e ação dentro do sistema internacional.

Os artigos aprovados para essa edição da Revista Conexão Política fazem parte do dossiê **Horizontes e inserção dos países em desenvolvimento na cena internacional contemporânea**. Os *papers* e resenhas que fazem parte desse número tratam de um conjunto de temas que analisam, a partir de diferentes aportes teóricos, problemas de pesquisa e a participação dos países em desenvolvimento e das instituições internacionais no cenário global.

O primeiro artigo dessa edição, de **Emmanuel Nunes de Oliveira e João Henrique Martins**, analisa a origem e a formação dos Mercados Transnacionais Ilícitos (MTI), principalmente de drogas e armas, na América Latina, nos anos 1990. Os autores chamam a atenção para a inclusão da região na globalização da economia do crime. Nesse ínterim, deslocam a discussão usual do papel do estado e da sociedade como elemento determinante do crime na região, movendo a explicação para outros fatores como a interação com outras instituições, ambientes e decisões individuais. O argumento central do artigo é o de que os Mercados Transnacionais Ilícitos produzem duas externalidades negativas significativas: 1) o aumento de crimes violentos, 2) o enfraquecimento do aparato institucional local e o controle da atividade criminal. Para os autores, o aumento dos mercados ilícitos na América Latina ocorreu concomitante com a ascensão do regime democrático na região, pois deu-se simultâneo com o processo de integração do mercado financeiro, dos transportes e de comunicação.

O artigo de **Bruno de Castro Rubiatti** discute a integração da América do Sul, focando o desenvolvimento das instituições que dão as bases para o processo de formação do Bloco Regional. Rubiatti faz um levantamento do processo histórico da concepção de integração que foi se desenvolvendo ao longo do século XX com o intuito de entender as raízes que remontam à ideia de integração na região. O artigo centra sua análise nas duas principais organizações da integração regional, o MERCOSUL e a UNASUL, ressaltando o desenvolvimento institucional e os condicionamentos do processo de integração.

O texto de **Márcio Augusto Scherma** disserta sobre a estratégia de integração do Brasil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na América do Sul, focando no caso da cooperação entre as fronteiras. Analisa, pois, as razões que levaram os governos brasileiros a tratarem a questão da cooperação com os vizinhos sul-americanos de forma deficiente ao longo da história brasileira. Além disso, examina os motivos e mudanças internacionais, regionais e domésticas que estimularam uma nova forma de encarar a cooperação regional com os vizinhos, que se traduziu em uma nova postura brasileira diante dos países do subcontinente americano.

Christiane Vieira Laidler examina as iniciativas de cooperação Sul-Sul realizadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, ou seja, centra sua análise na política externa brasileira e os seus desafios em uma ordem multipolar. Assim, examina as transformações

ocorridas no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria focando na estruturação de uma ordem multipolar capaz de forjar uma maior democratização e representatividade dos fóruns internacionais. Nessa perspectiva, a autora procura interpretar a agenda de integração da América Latina com os BRICS, avaliando os interesses comuns que existem nesse compromisso.

O *paper* de **André Luiz Coelho** e **Vinicius Santos** analisa a importância que a questão ambiental vem adquirindo na agenda da Política Externa Brasileira. A investigação é realizada levando-se em conta a importância que as principais conferências da Organizações das Nações Unidas (ONU) assumiram no cenário internacional e como o Brasil se posicionou diante das mesmas. O trabalho é desenvolvido levando-se em consideração três períodos da política externa brasileira. A primeira, a do contexto da Guerra Fria. A segunda, do Pós-Guerra Fria. A terceira corresponde à fase do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Em seguida, os autores discutem as conferências ambientais internacionais com o intuito de entender os impactos desses encontros sobre a política externa doméstica, focando as continuidades e descontinuidades do posicionamento nacional.

O trabalho de **Danielle Jacon Ayres Pinto** e **Daniela Marques Medeiros** foca na ação do Brasil no desenvolvimento de políticas sustentáveis e em como essas políticas têm possibilitado a criação de um novo paradigma de cooperação e desenvolvimento que tem possibilitado um novo padrão de políticas públicas. Essa realidade estaria criando as condições para que o Estado brasileiro pudesse aumentar a sua inserção e influência na política internacional a partir do que Joseph Nye Jr. chama de Smart Power.

Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves analisa as estratégias de inserção do Brasil na economia internacional no início do século XX, focando nos estratagemas políticos utilizados e os resultados econômicos alcançados. Segundo o autor, o país vem se utilizando dos recursos multilaterais como as coalizões Sul-Sul para galgar autonomia e aumentar sua participação no comércio mundial. O estudo está ancorado em uma revisão bibliográfica, em dados macroeconômicos e em uma análise sobre o desenvolvimento humano do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio.

O artigo de **Danielle Pereira de Araújo** e **Cristiano Morini** procura compreender o papel desempenhado pelos organismos internacionais no estímulo aos Estados no sentido de tomarem providências que assegurem direitos às populações discriminadas por motivos étnico-raciais. Assim, o trabalho procura perscrutar a capacidade das organizações internacionais de influenciarem os Estados a aderirem à agenda internacional de combate à desigualdade racial. O artigo centraliza a análise nos procedimentos constitucionais utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para acompanhar os processos de implantação de acordos assinados que tratam de combate ao racismo e da discriminação étnico-racial por parte dos Estados signatários.

As resenhas de **Arlene Anelia Renk** e **Vinicius de Miranda** encerram esse número da Revista Conexão Política. **Renk** sumariza o livro “Relações internacionais, direito e poder: cenários e protagonismos dos atores não estatais”, organizado por Odete Maria de Oliveira (2014), e **Miranda** descreve a obra “Brasil e o capital imperialismo: teoria e história”, escrita por Virgínia Fontes (2010).

Teresina, dezembro de 2014.

Raimundo Batista dos Santos Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política